

4.12 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA SEM PROJECTO

4.12.1 Enquadramento

Neste capítulo apresenta-se uma avaliação prospectiva, em torno da evolução da situação na área abrangida pela infra-estrutura em estudo, na ausência de projecto.

Em regra, este tipo de abordagem tem vindo a ser explorado, como forma de, no limite, se obterem conclusões mais precisas sobre as reais necessidades de implantação de um conjunto determinado de equipamentos e/ou infra-estruturas, justificando, ou não, a respectiva implantação.

Daí que este tipo de abordagem se refira correntemente a aspectos mais ou menos limitados avaliados na respectiva análise da Situação de Referência, nomeadamente e devido ao facto de apenas aspectos específicos poderem vir a ser afectados.

No entanto, essa não é aqui a nossa perspectiva: com efeito, tal tipo de abordagem é, em alguns dos seus elementos principais, resultado de uma contraposição face aos impactes eventualmente detectados, visando pois, ao limite, justificar mais facilmente a implantação de determinado projecto. No entanto, na nossa opinião, esta avaliação deve ser considerada como momento prévio à determinação dos eventuais impactes, entendida pois como uma forma de prolongar a análise da situação de referência, apresentando uma visão sobre a situação global informadora das eventuais actuações.

A situação prospectiva que aqui apresentamos baseia-se num conjunto de elementos de base, os quais, ao limite, permitem obter um razoável panorama da evolução da situação de referência atrás apresentada e à qual este ponto directamente se refere.

No entanto é de referir que a avaliação efectuada seguidamente para os descritores atrás discriminados consiste na maioria dos casos no reconhecimento de que os actuais padrões se mantêm, realçando os aspectos mais marcantes ao nível territorial (biofísico e socio-económico) que influenciam de forma decisiva os diversos elementos.

4.12.2 Principais Aspectos

4.12.2.1 Clima

Uma vez que o Clima só é afectado mediante a alteração de grandes superfícies com factores que o condicionem, não se prevê a possibilidade de este descritor sofrer alterações, prevendo-se a manutenção da situação até agora registada que se encontra na descrição da situação de referência.

4.12.2.2 Geologia e Hidrogeologia

Os fenómenos geológicos são muito estáveis no tempo. Podem ser alterados mediante a intervenção directa nas camadas geológicas ou pelos agentes erosivos. A alteração pelos agentes erosivos desempenham um papel relevante mas sem significado aparente a curto prazo. Sendo assim não se esperam alterações a nível geológico sem a implantação do projecto em estudo.

4.12.2.3 Hidrologia e Recursos Hídricos Superficiais

Em termos de Recursos Hídricos Superficiais, caso não ocorra a implantação do projecto a situação actual tende a manter-se, nomeadamente devido ao facto de a rede hidrológica superficial ser praticamente inexistente e artificializada.

4.12.2.4 Solos, Usos do Solo e Instrumentos de Ordenamento do Território

Na ausência do projecto, não se espera alterações ao nível dos solos apresentados na situação de referência.

Tendo em conta a actual situação local e os condicionamentos apresentados, não se prevê que venha a existir uma evolução significativa face à situação de referência, no que respeita à implementação de infra-estruturas no local, até pelos condicionamentos existentes.

4.12.2.5 Bio-Ecologia

Relativamente a este descritor, na ausência de projecto, prevê-se que a situação actualmente registada possa evoluir em dois sentidos de sinal oposto:

1. Possibilidade de, através de investimentos adequados por parte sobretudo da Administração Central, se consigam (embora com alto grau de improbabilidade) recuperar os habitats actualmente em mau estado de conservação;
2. Possibilidade de, face à ausência de uma política estruturada e financeiramente consolidada de conservação, os habitats da área em estudo se irem crescentemente degradando, aumentando os respectivos riscos de desaparecimento.

4.12.2.6 Qualidade do Ar

Relativamente à Qualidade do Ar é expectável que, no caso da não realização do projecto a situação tenha tendência a manter-se, continuando a principal fonte de emissão na área a ser constituída pela emissão de partículas e poeiras resultantes da passagem periódica de viaturas ligeiras e pesadas pelas estradas circundantes.

4.12.2.7 Ruído

Caso esta área não venha a ser intervencionada, não se prevê nenhum aumento dos níveis de ruído face à situação actual.

4.12.2.8 Paisagem

Ao nível da Paisagem a tendência será igualmente para se manter a situação existente actualmente e descrita na situação de referência.

4.12.2.9 Factores Sócio-Económicos

Por norma é ao nível socio-económico que a evolução da situação de referência sem projecto é mais particularmente conceptualizada, nomeadamente porque, em parte significativa dos casos, ao nível biofísico tal evolução corresponde apenas a um reforço das principais linhas evolutivas detectadas na análise da situação de referência.

Sem querer desde já antecipar os resultados da discussão ao nível da contribuição dos "factores humanos" no espaço em estudo, e uma vez que a análise da evolução da situação de referência sem projecto não pode deixar de dar sobretudo importância decisiva a aspectos limitados da estrutura económica e social, aqueles não deixam de se posicionar como os mais importantes e significativos em termos analíticos e neste contexto.

Desta forma, aquilo que a nossa análise pretende é pois apresentar uma previsão sobre a evolução da situação ao nível social e económico neste espaço e território determinados. "Prever é elaborar uma tendência, provável ou plausível, com base numa análise rigorosa do passado e numa razoável expectativa do futuro. Projectar é construir tendências, com base em hipóteses (...). A atitude prospectiva obriga-nos ao "olhar ao longe de longe", e é este futuro que é necessário construir na sua complexidade, mobilidade, riscos e surpresas. desta forma, encontrar nos factos passados e presentes o que eles anunciam é mais importante do que encontrar o que eles explicam. Mas há que levar em linha de conta o carácter humano da prospectiva. Tal como a história lida com factos cuja essência não pode ser dada (o passado já não existe e o futuro ainda não existe) mas, se o futuro depende do que existe no presente, também depende do nosso querer ou da nossa vontade" (Nazareth: 1988).

De seguida apresentaremos pois uma projecção de evolução da situação de referência sem projecto, tentando demonstrar as consequências da manutenção da actual situação e da continuidade de certas tendências.

Contudo, esta análise, se reflecte a situação detectada e observada no passado e no presente, não deixa igualmente de levar em linha de conta a evolução socio-económica observada ao nível do território nacional, a qual não deixará de servir igualmente como enquadramento das tendências globais observadas ao nível local, dada a interdependência relativa que não deixa de estruturar a evolução dos diversos espaços territoriais constituintes da formação social portuguesa.

Assim, no presente ponto daremos conta dos aspectos relacionados, por um lado com o enquadramento proporcionado pelas principais tendências observadas ao nível nacional; por outro lado com as potencialidades de evolução da situação de referência ao nível da evolução dos

factores demográficos; e, finalmente, pelas tendências de evolução ao nível dos espaços sociais e económicos locais.

4.12.2.10 As Tendências de Evolução do Território ao Nível Nacional

Uma das principais características que se observa ao nível da análise dos territórios é a que se prende com a relativa interdependência dos territórios constituintes de determinada formação social. Com efeito, a evolução ao nível dos seus diversos espaços constituintes não pode ser dissociável das circunstâncias observáveis ao nível global, as quais acabam, de uma forma ou de outra, por influenciar decisivamente os padrões evolutivos localmente observáveis.

Em termos gerais, concordamos pois com a tese de que a evolução dos diversos espaços locais é efectuada no contexto e na base de um conjunto de tendências significativas de transformação do espaço e do território nacionais.

A definição destas tendências não é, normalmente, um exercício fácil, uma vez que são múltiplos os factores que influenciam os padrões evolutivos de espaços e territórios que se encontram face a diversos contextos e linhas de força, muitas vezes extremamente diferenciadas e mesmo contraditórias.

Há, pois, que procurar estas tendências em estudos e trabalhos efectuados a propósito do tema, por forma a facilitar a análise a efectuar neste contexto. Para a definição das principais tendências nacionais observadas neste contexto recorreremos a uma grelha analítica desenvolvida por um especialista nacional no assunto (Gaspar: 1987), que parece ser a mais adequada para os nossos propósitos, por duas razões principais, a saber:

- i) porque tais tendências foram definidas no contexto de uma investigação global que pretendeu avaliar precisamente as principais tendências (num horizonte temporal de duas a três décadas) verificadas no nosso país, abrangendo variáveis sociológicas diversas, desde a demografia à economia, passando pela educação e estruturas sociais de enquadramento;
- ii) porque as tendências referidas pelo autor acima assinalado, foram elaboradas, desenvolvidas e consolidadas, precisamente na base das implicações sócio-territoriais dos elementos constituintes da formação social portuguesa, aproximando-se, desta forma, dos modelos metodológicos e analíticos a que temos vindo a recorrer no contexto deste estudo.

De acordo com o autor as tendências nacionais, que, de acordo com a nossa perspectiva não deixarão de influenciar decisivamente a lógica de evolução local do panorama social e económico, podem ser agrupadas e sintetizadas nos seguintes pontos (Gaspar: 1987):

1. Inércia e Estratégia de Reversão dos Estabelecimentos Humanos – podemos considerar a inércia como uma característica dos estabelecimentos humanos, ou seja, a tendência para permanecerem através de contínuas adaptações ou reconversões: ela permanece como uma constante, quer quando se analisam transformações operadas em períodos de relativamente curta duração, quer quando nos detemos sobre um território limitado ou mesmo sobre um lugar isolado. Claro está que a base de toda a estratégia de reversão dos estabelecimentos humanos assenta, primordialmente, na adaptação de anteriores estruturas físicas de apoio à produção, às novas exigências da economia e da sociedade.

2. Urbanização – o processo de permanente urbanização das populações tem sido uma tendência bem marcada ao longo dos séculos. Este processo tem como principal manifestação uma alteração profunda no estilo de vida, nos hábitos de uso do tempo, nas formas e conteúdos dos consumos. Em Portugal, o processo de urbanização não tem sido primordialmente caracterizado por uma concentração maciça em cidades. Salvos os casos de Lisboa e Porto, têm faltado outros pólos com idênticos níveis de atracção, verificando-se como característica dominante do nosso povoamento urbano a ocorrência de um grande número de pequenas aglomerações. Por outro lado, e sobretudo nos últimos anos, tem-se vindo a acentuar a faceta da urbanização *in situ*, ou seja, o processo pelo qual as populações mudam de ramo de actividade, alteram os seus consumos, as suas formas de viver, o seu uso do tempo, permanecendo no lugarejo ou na aldeia, ou casal, que antes constituía a base para a economia agrícola dos seus pais ou ainda sua. A tendência, que foi nítida, particularmente nos últimos dez anos, de uma face dupla dos reflexos territoriais da urbanização, deverá manter-se: por um lado, a concentração, sobretudo nas duas principais aglomerações urbanas, mas também em centros de média e pequena dimensão e, por outro lado, uma densificação da dispersão (urbanização difusa). A urbanização com concentração, a partir das aglomerações urbanas já existentes, que não é incompatível com a outra, terá maior peso absoluto no litoral, ocidental e meridional.

3. Litoralização – queremos significar com esta o processo de progressiva concentração de actividades e de pessoas ao longo da faixa do litoral, sem que o interior acompanhe esse ritmo ou mesmo com o recuo da importância deste em termos absolutos. Deve ser tido em mente que este processo não se apresenta linear ao longo do tempo, verificando-se significativas oscilações temporais, tanto em termos absolutos como relativos, isto é, tanto do litoral em relação ao resto do país, como no interior desse mesmo litoral.

4. Bipolarização do Sistema Urbano - as duas principais vias navegáveis, o Tejo e o Douro, definiram a localização dos sistemas portuários mais importantes, fulcros para o desenvolvimento de aglomerações urbanas (Lisboa e Porto), primeiro baseados no comércio e nos serviços, mais

tarde localizações privilegiadas para o arranque da industrialização. O incremento da interacção económica e política de Portugal com o resto do mundo, irá por certo contribuir para um papel acrescido das duas principais metrópoles do país, mercando-se mais nitidamente a bipolarização.

5. Aumento das Interdependências Territoriais - indícios de vária ordem apontam para a existência de um processo de maior integração do território e, bem assim, para um incremento das relações (económicas, sociais, culturais) entre as diferentes unidades territoriais. É patente que a melhoria das comunicações e transportes tem permitido maior mobilidade, não só entre a capital e o resto do país, como entre os principais nós da rede urbana, como ainda entre regiões ou, a nível local, entre concelhos vizinhos, e até no interior de cada concelho. A estas distintas escalas a através de diferentes encaminhamentos hierárquicos, é um facto patente que flui mais informação, circulam mais pessoas e bens. Os vários mercados (agrícola, pecuário, de manufacturas, do trabalho) tendem a integrar-se, as oscilações territoriais dos preços têm diminuído progressivamente, e hoje, mesmo os produtos agrícolas ou os salários da agricultura, já não evidenciam as grandes disparidades regionais do passado. Tal tendência significa ainda maiores fluxos de informação, significa no fundo o progressivo esbater das barreiras territoriais, o diluir da fricção do espaço.

6. Alargamento das Bacias de Emprego - um dos aspectos que reveste o aumento das interdependências territoriais é o do alargamento das bacias de emprego. Deverá ser focado destacadamente por ter implicações com muitos outros domínios e ainda por representar um importante motor de mudança, a vários níveis: sociais, económicos e territoriais. A expressão bacia de emprego pretende significar o território de drenagem do emprego por parte de uma concentração de actividades económicas. esta concentração tanto pode corresponder a um único pólo, como a vários, a um eixo ou ainda a uma distribuição mais difusa das unidades empregadoras. Basicamente, as bacias de emprego são definidas pelas migrações pendulares dos trabalhadores (diárias, semanais, quinzenais, mensais, ou mesmo anuais). Para certos sectores da economia, como a construção civil, a noção de movimento pendular diário é insuficiente para analisar o fenómeno da mobilidade geográfica dos respectivos activos.

7. Aumento das Desigualdades Intra-Regionais - o aumento das desigualdades intra-regionais não se limita ao que decorre do processo de urbanização / terciarização, já que também é patente se considerarmos apenas as áreas exclusivamente agrícolas e florestais. Tem-se verificado na agricultura um processo de selectividade, que originou uma concentração de meios materiais e humanos nas terras mais privilegiadas, passíveis de suportar uma modernização, que passou pela mecanização, mudanças de culturas e adopção de novas espécies, respondendo às solicitações do mercado. Este processo, decorrente dos recursos naturais existentes, foi assim potenciar as desigualdades, que se foram progressivamente acentuando, com a valorização consequente, através de investimentos públicos e privados. Esta tendência para o aumento das desigualdades intra-regionais mantém-se activa, não só no que concerne à oposição urbano / rural, mas também relativamente ao interior do território rural. Tratando-se de um processo decorrente das

transformações do próprio sistema económico e da sociedade em geral, ele tem sido assumido pelo poder político e em grande medida promovido (acelerado) através do planeamento e medidas concretas.

8. Aumento da Segregação Espacial dos diferentes grupos sociais - nos campos a segregação social é marcada no território, abrangendo não só as estruturas residenciais, como, em correlação, a apropriação da terra. Assim, sob distintas formas, as aldeias, de camponeses ou de trabalhadores agrícolas, opõem-se aos grandes domínios senhoriais. Ora este processo de alargamento da escala de segregação social ir-se-á manter ou potencialmente dilatar, na medida em que os problemas, as carências, se vão acrescentando nas autarquias com menor capacidade financeira, cujo território assim se vai tornando cada vez menos atractivo.

9. Crescente Procura de Espaços para Actividades de Tempos Livres - criaram-se mais necessidades de infra-estruturas que permitam responder às solicitações de consumo em tempo livre, desde os transportes às praias, aos parques de campismo, aos hotéis e apartamentos, até a inteiras vilas ou cidades que existem apenas baseadas nessas actividades. Nota-se por um lado o incremento (a concentração) dos consumos mais variados e, por outro lado, a necessidade de preservação da natureza, duas situações e dois dinamismos aparentemente contraditórios.

4.12.2.11 Perspectivas de Evolução da População Residente

A consideração da evolução da situação de referência sem projecto, em qualquer circunstância e sob qualquer prisma analítico, quando discutida ao nível das estruturas sociais e económicas, é, desde logo, referenciável ao nível das estruturas demográficas, ou seja das perspectivas de evolução da população residente.

Este aspecto é de primordial importância, por duas razões principais, a saber:

- i) em primeiro lugar, porque as diversas políticas de desenvolvimento económico regional dirigem-se, em primeiro lugar, para as populações que aí residem, não sendo independentes dos factores de evolução que lhes estão subjacentes;
- ii) em segundo lugar, porque, ao nível dos espaços locais em que o presente projecto se insere, é normalmente referida uma tendência para a perda de importância das actividades tradicionais (normalmente ligadas ao domínio do mar e das pescas), com as implicações económicas e sociais daí derivadas.

Importa, então, apresentar aqui uma análise das principais tendências de evolução prospectiva da população residente encontradas ao nível local. "A perspectiva pode e deve utilizar os

conhecimentos das diversas ciências - em particular das sociais - mas deve olhar para o futuro de frente, explicitá-lo na sua natureza original e, conseqüentemente, aplicar-lhe métodos diferentes dos que se aplicam para a análise do presente e do passado. Se o passado é o tempo das coisas feitas, e se o futuro é o tempo das coisas a fazer, existem entre os dois relações de continuidade mas igualmente de independência. Nem todo o futuro está inserido no passado, uma vez que existem "graus de liberdade", os quais, por insignificantes que sejam, devido ao seu carácter acumulativo, podem mudar profundamente o futuro" (Nazareth: 1988).

Existem diversas metodologias de análise das tendências prospectivas ao nível demográfico. Contudo, tais avaliações referem-se quase invariavelmente a espaços territoriais mais ou menos vastos, uma vez que, não só ao nível especificamente local os dados de partida dificultam sobremaneira a avaliação dos principais elementos que definem as tendências evolutivas de determinada população, como, e sobretudo, porque a sua reduzida dimensão torna-os mais vulneráveis a pequenas variações conjunturais que, face a essa diminuta dimensão, assumem proporções vincadamente estruturais.

Contudo, é quase assente entre os demógrafos que "a sucessão dos diversos volumes populacionais no tempo, a sua diversidade espacial e respectiva evolução, é normalmente analisada através da taxa de crescimento anual médio" (Nazareth: 1982). E se tal é verdade, mesmo em presença de espaços locais, talvez seja possível avaliar linhas globais de tendência de evolução dos efectivos populacionais, mesmo que recorrendo a métodos diferenciados daqueles que normalmente são accionados para espaços territoriais relativamente mais vastos e menos sujeitos a variações de conjuntura.

Há contudo que deixar bem claro que "os fenómenos sociais não obedecem às mesmas regras dos fenómenos físicos, químicos ou biológicos. Na maior parte dos casos, apenas são capazes de propor relações quantitativas mais ou menos hipotéticas. Estas dificuldades não devem, no entanto, impedir que, a título exploratório, se possam utilizar relações quantitativas prováveis e tratá-las matematicamente tal como um sistema de física" (Nazareth: 1988). Será pois esta avaliação exploratória que efectuaremos aqui, ao nível dos espaços e territórios abrangidos pelas freguesias onde o projecto em estudo terá lugar.

Assim, enquanto as metodologias referentes a espaços mais vastos accionam em regra metodologias de explicitação de componentes estruturais, como é o caso das taxas de mortalidade, natalidade, emigração e imigração, assim como os efeitos das estruturas etárias, ao nível dos pequenos espaços outras metodologias mais adaptadas à situação particular desses espaços devem ser pensadas e utilizadas.

Por um lado, também a este nível, as estruturas demográficas locais não se afastarão muito das limitações impostas pelas estruturações observadas ao nível nacional e regional, assim como das respectivas tendências.

Por outro lado, embora a utilização de um método de componentes não se mostre adaptada face às características especificamente locais do território em estudo, é possível a utilização de métodos matemáticos, recorrendo embora a equações relativamente simples para descrever a natureza da evolução futura dos efectivos populacionais de uma determinada estrutura social.

Interessa pois começar porventura por verificar as principais condições que limitam a expansão das estruturas demográficas, ou seja, o seu contexto situacional aos níveis regional e nacional, uma vez que estas, por razões mais ou menos evidentes, não deixam de observar as tendências aqui verificadas. Recorrendo à tipologia de enquadramento global referida pelo autor que, em Portugal, mais atenção tem dispensado a esta temática (incluindo a aplicação e estruturação de modelos de análise das tendências evolutivas dos comportamentos demográficos aos níveis nacional e regional), poderemos afirmar que o padrão de evolução dos efectivos populacionais a considerar ao nível local deverá ser pensado com base nos seguintes elementos gerais de enquadramento, correspondentes aos principais pontos de convergência e divergência encontrados no espaço português (Nazareth: 1988):

1. Declínio generalizado do ritmo de crescimento natural – embora se admita um decréscimo no nível da mortalidade, o declínio da fecundidade será muito mais importante e comum a todas as regiões. O declínio generalizado do crescimento natural nos próximos anos é incontestavelmente um dos pontos de convergência mais importantes de todas as regiões nos próximos anos.

2. Aumento generalizado do ritmo de crescimento migratório – o aumento do ritmo de crescimento migratório será generalizado a todo o espaço português. Tal não significa que todas as regiões fiquem com o mesmo ritmo de crescimento migratório nem tão pouco que em todas elas este seja positivo. Com efeito, teremos áreas territoriais que, não tendo capacidade de atracção interna e externa, continuarão a perder população.

3. Diminuições generalizadas do ritmo de crescimento total – em termos prospectivos, as variações do crescimento total serão determinadas, praticamente em partes iguais, pelos dois tipos de crescimento que o integram.

4. Estabilidade da importância relativa das regiões – não se prevê nenhuma alteração significativa no ordenamento das regiões. Esta estabilidade da importância relativa das regiões não impedirá que em todas elas aumente o número de habitantes por Km².

5. Diminuição da importância dos jovens – esta diminuição no número de jovens será comum a todo o espaço português na medida em que não se prevêem grandes assimetrias nas variações das importâncias relativas.

6. Aumento da população potencialmente activa – uma das consequências mais importantes da diminuição do grupo etário jovem é o abrandamento da pressão demográfica sobre o sistema escolar obrigatório. Este abrandamento pode ser encarado sob dois pontos de vista diferentes: a possibilidade de uma melhoria qualitativa do ensino, em particular nos primeiros anos; o encerramento das escolas, o que pode implicar a existência de excedentes no corpo docente. Devido ao efeito conjugado do retorno e da chegada às idades activas do elevado número de jovens, a população potencialmente activa aumentará em todas as regiões, com excepção do Alentejo, onde se prevêem diminuições substanciais.

7. Aumento dos idosos – o aumento dos idosos em números absolutos e percentuais será observado em todas as regiões do país, sem excepção.

8. Generalização do duplo envelhecimento da população portuguesa – o declínio da fecundidade produz um envelhecimento demográfico duplo: faz diminuir a importância relativa dos jovens (envelhecimento na base) e consequentemente faz aumentar proporcionalmente os idosos (envelhecimento no topo). A emigração, em sentido lato, ao fazer diminuir a população activa vai aumentar proporcionalmente os jovens (rejuvenescimento na base) e os idosos (envelhecimento no topo). A imigração produz o fenómeno inverso mas, no caso do retorno, apenas envelhece a população activa e reforça o número de idosos.

Por outro lado, deve ser devidamente levado em linha de conta que, em boa parte do território nacional se observa um decréscimo populacional máximo na categoria dos isolados e dos lugares com menos de 100 habitantes, factor "que corresponde fundamentalmente à rarefacção ou mesmo ao abandono de muitos montes, sedes de explorações agrícolas ou núcleos de grandes parcelas (herdades), que em muitos casos perderam a razão de existir devido à modernização tecnológica e à melhoria dos meios de transporte, que permitem aos trabalhadores fazerem a deslocação diária da aldeia ou da vila para o local de trabalho e ainda, talvez devido sobretudo devido à melhoria das condições de vida dos trabalhadores, nomeadamente no que respeita ao acesso à habitação e a certos consumos sociais" (Gaspar: 1987).

Face aos enquadramentos acima explicitados e face ao "estado da arte" no que se refere à projecção de evolução dos efectivos populacionais a um nível especificamente local como é aquele em que nos movemos no âmbito deste estudo, recorreremos a uma metodologia que avalia as potencialidades de evolução futura a partir de um conjunto de tendências observadas no presente, recorrendo contudo a um conjunto de cenários. Trata-se, neste contexto, de deduzir o futuro "a partir de um conhecimento aprofundado do presente, da análise regressiva (tendências pesadas do sistema) e da análise de sistemas (relações envolvidas). Esta metodologia permite proceder a uma série de encadeamentos no tempo, que vão constituindo sucessões de cenários do futuro, cenários conhecidos pelo nome de "tendências" devido à forma como são obtidas" (Nazareth: 1988).

Para proceder à consideração da evolução das tendências da população residente no concelho de Mira e na freguesia de Praia de Mira recorreremos a um cenário principal, no qual a evolução da população residente segue o padrão observado no decénio 1991 – 2001. É um cenário que assenta num certo grau de realismo, uma vez que assume as tendências pesadas ao nível do comportamento dos efectivos demográficos (crescimento natural e índices de tendência) num contexto não muito diferente do actualmente observado, ou seja, num contexto face ao qual as tendências migratórias se encontram já mais ou menos estabilizadas. Consideram-se pois os seguintes elementos e dados de partida.

Quadro 4.12-1 – Evolução dos Efectivos Populacionais no cenário considerado (concelho de Mira e freguesia de Praia de Mira)

	1991	2001	Evolução 1991 - 2001 (%)
Mira	13.257	12.872	-3,00
Praia de Mira	3.167	2.985	-6,10

Desta forma, considerara-se uma taxa de decréscimo anual da população de 0,3% para o concelho de Mira e 0,61% para a freguesia de Praia de Mira:

Quadro 4.12-2 – Evolução dos Efectivos Populacionais no cenário considerado (Mira e Praia de Mira)

	Mira	Praia de Mira
2001	12.872	2.985
2002	12.486	2.806
2003	12.111	2.638
2004	11.748	2.479
2005	11.395	2.331
2006	11.054	2.191
2007	10.722	2.059
2008	10.400	1.936
2009	10.088	1.820
2010	9.786	1.710
2011	9.492	1.608
2012	9.207	1.511
2012	8.931	1.421
2013	8.663	1.335
2014	8.403	1.255
2015	8.151	1.180
2016	7.907	1.109
2017	7.669	1.043
2018	7.439	980
2019	7.216	921
2020	7.000	866
2021	6.790	814
2022	6.586	765
2023	6.388	719
2024	6.197	676
2025	6.011	636

Verifica-se que, para ambas as situações espaciais consideradas (seja ao nível do concelho, seja ao nível da freguesia) as perdas de população serão relativamente acentuadas durante um período de 25 anos.

Como se compreenderá, os resultados alcançados devem ser vistos com alguma reserva, uma vez que se referem a estimativas não baseadas em componentes, mas apenas baseadas na evolução registada até ao momento. Serve apenas esta estimativa para facilitar a avaliação das pressões demográficas observadas ao nível local, as quais apontam para um decréscimo acentuado da população residente.

4.12.2.12 Património Cultural

Face à situação detectada, a não ausência de projecto não terá efeitos a este nível.